



MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO  
FABS-RPPS

Aos sete dias do mês de novembro de 2012, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pela Portaria nº 104/SG/12. **Presentes:** Antão Flores Barcelos, Bruno Walter Hesse, Valter Portalete, João Batista Rodrigues da Silva, , Abrelino Luiz da Silva, Sandra Maria Back Ferreira, Gilberto Bomm, Sandra Andréia Reichert Friedrich. O Presidente deu início à reunião, tendo em vista o encaminhamento e aprovação do projeto de Lei nº 61 de 29 de outubro de 2012, que trata de parcelamento de débito oriundo de contribuições previdenciárias a cargo do Poder Executivo, vencidas e vincendas, não repassadas ao FABS, ou seja, partes da cota patronal e da alíquota especial referente a recuperação de passivo, relativo aos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro, décimo-terceiro e dezembro. Primeiramente, o Projeto de Lei não foi levado ao conhecimento do COADFABS, a quase totalidade de seus membros, souberam da notícia, como todos os demais cidadãos do Município. No dia 06/11/2012, o Presidente Gilberto Bomm e a Conselheira Sandra Ferreira, estiveram no gabinete a convite do Administrador Municipal, presentes ainda o Secretário da Fazenda e o Contador Eliseu Morin, que explanaram a forma como elaboraram os cálculos para chegar ao montante de R\$2.625.414,94, conforme planilhas anexadas ao projeto de lei e também argumentaram que o P.L. trata de uma autorização de parcelamento, no caso de insuficiência financeira que impeça a quitação integral dessas obrigações no exercício de 2012, em virtude disso o Conselho não teria sido acionado no momento e que se confirmando a necessidade de uso da Lei o mesmo será solicitado a emitir o seu parecer. O Conselheiro Bruno Hesse, explanou sobre as dificuldades financeiras que os Municípios vem enfrentando, e sobre a forma como foi concebido o Projeto de Lei para todos os Conselheiros presentes. A Lei Municipal nº 3.611/2012 prevê que o Conselho tem entre suas competências as previstas no artigo 21. No inciso quarto é assegurado a sua competência de fiscalização, o que vinha sendo feito, inclusive com notificação imediata após o primeiro atraso no recolhimento das contribuições relativas ao mês de julho/2012, e continuou-se fazendo o monitoramento dos valores que não vinham sendo recolhidos relativos a agosto e setembro, o mês de outubro está por vencer e os demais meses ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação previdenciária. O Inciso XI, do artigo acima citado prevê a competência para deliberar sobre os demais assuntos relativos ao FABS, e por tratar-se de projeto de lei que versa sobre autorização de parcelamento, a totalidade dos conselheiros entende que a administração municipal deveria ter convocado uma reunião, para explanar toda a situação, apresentar a sua proposta e aguardar a deliberação do COADFABS sobre a mesma, pois trata-se de assunto de extrema relevância para o Fundo de Aposentadoria, que depende dos recursos das

contribuições dos servidores e patronal, tal qual ocorre com Regime Geral de Previdência Nacional - RGPS, para manter-se saudável e não trazer sérios problemas de gestão financeira para o Município como um todo, no futuro. Também foi deliberado que o Projeto de Lei ou Lei deverá ser encaminhado ao Jurídico da unidade gestora para análise do mesmo. Nada mais havendo a constar, assinam os Conselheiros.



GILBERTO BOMM



ANTÃO FLORES BARCELOS



WALTER PORTALETE



SANDRA ANDRÉIA R. FRIEDRICH



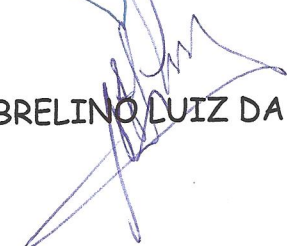
SANDRA Mª BACK FERREIRA



BRUNO WALTER HESSE



JOAO BATISTA R. DA SILVA



ABRELINO LUIZ DA SILVA